

Publicada em: *Cahiers du Brésil Contemporain*, 2003, n. 51/52, p. 293-297

José Eli da Veiga - "Cidades Imaginárias; o Brasil é menos urbano do que se calcula". Campinas, São Paulo, Editora Autores Associados, 2002.

RESENHA

Maria de Nazareth Baudel Wanderley *

O último censo demográfico realizado no Brasil, em 2000, informa que cerca de 82% da população do país vivem em aglomerações definidas como urbanas. A população rural, minoritária, tende a decrescer numa tal progressão que se poderia prever, para 2030, sua completa extinção. Mas, de que "urbano" e de que "rural" se está falando? O livro, recém publicado de José Eli da Veiga - "Cidades Imaginárias; o Brasil é menos urbano do que se calcula" - traz uma importante contribuição para o debate brasileiro sobre esta questão.

As estatísticas oficiais brasileiras, como Veiga nos mostra em seu estudo, diferem completamente dos conceitos modernos, que permitem distinguir os espaços e seus habitantes urbanos e rurais. Com efeito, no Brasil, a distinção adotada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE - considera como urbana toda sede municipal, independentemente do número de seus habitantes e das funções que esta aglomeração exerça efetivamente. É rural o espaço existente em torno deste núcleo, onde a população é dispersa ou se concentra em pequenos grupos de vizinhança.

A adoção desta concepção tende a superdimensionar o que é urbano no país, e conseqüentemente, o processo de urbanização da sociedade brasileira, ao mesmo tempo em que tende a desqualificar e anular a importância do "rural". Dependendo da "cidade", o "rural" se caracteriza pela ausência do poder público no seu espaço e mesmo a ausência da grande maioria dos bens e serviços, naturalmente concentrados nas áreas urbanas mais densamente povoadas. A idéia de um «rural melhor» é pouco assimilada. O rural quando melhora torna-se urbano.

Analisando os dados do último Censo, Veiga calcula que "de um total de 5.507 sedes de municípios existentes em 2000, havia 1.176 com menos de 2.000 habitantes, 3.887 com menos de 10.000, e 4.642 com menos de 20 mil." Assim, a grande maioria do que é chamado indistintamente "cidade" não passa de pequenas aglomerações, nas quais faltam

* Professora Aposentada da UNICAMP e Professora Visitante na Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: wanvilar@uol.com.br

as condições mínimas para uma efetiva vida urbana. É possível pensar um espaço urbano onde não exista uma agência bancária, um hotel, uma livraria? O autor cita o exemplo extremo do Município de União da Serra, no Estado do Rio Grande do Sul, em cuja sede vivem 18 pessoas.

Tendo como referência a trama social e espacial específica e as trajetórias de desenvolvimento destes pequenos centros, também não tenho dúvida em afirmar que os pequenos municípios fazem parte do mundo rural. Reforço aqui as duas idéias centrais do livro. Em primeiro lugar, a afirmação de que o "mundo urbano" no Brasil é menor do que o IBGE aponta. Uma nova classificação, que leve em conta o critério da densidade demográfica, como a que é utilizada pela OCDE - Veiga propõe para o Brasil o corte de 80 hab/km² – permitiria distinguir nos espaços urbanos, propriamente ditos, 12 aglomerações metropolitanas, 37 aglomerações não-metropolitanas e 77 centros urbanos. Vivem neste conjunto urbano, de 455 municípios,

56,8% da população brasileira. Além destas aglomerações, há a registrar 567 municípios ambivalentes ou intermediários, isto é, aqueles que têm populações entre 50 e 100 mil habitantes e os que, tendo menos de 50 mil habitantes, apresentam densidades superiores a 80 hab/km². Vivem nestas áreas 21,7 milhões de brasileiros, o que corresponde a 12,8% da população do País. Finalmente, o Brasil rural é formado por 4.485 municípios, lugar de vida de 51,6 milhões de brasileiros. Em segundo lugar, o “mundo rural” não pode ser associado indistintamente a espaços degradados, atrasados e vazios. Heterogêneo, ele é portador, em várias regiões, para surpresa de muitos, de um expressivo dinamismo demográfico, registrado no aumento da população entre 1991 e 2000, datas dos últimos Censos.

Ao longo do livro, José Eli da Veiga aborda uma grande diversidade de questões postas à sociedade brasileira pela existência deste Brasil rural. Questões que vão desde a interpretação histórica da visão oficial - que o autor associa à herança autoritária do período Vargas - às problemáticas modernas do lugar da agricultura, da preocupação com o meio ambiente e com o desenvolvimento rural.

Este último tema merece uma atenção especial. Se o Brasil rural não é uma realidade em vias de extinção, o que significa, para a sociedade brasileira, o desenvolvimento rural? A este respeito, permito-me constatar que a idéia de desenvolvimento rural não parece ser objeto de um consenso, nem mesmo de uma larga legitimação na sociedade brasileira. A referência ao desenvolvimento rural está freqüentemente associada a um projeto que vise a superação do “rural” e não, necessariamente, ao desenvolvimento do rural.

O desenvolvimento rural é, freqüentemente percebido como a urbanização do meio rural, isto é, um processo que visa prolongar até à zona rural, os benefícios «urbanos» - tais como eletricidade, transporte, abastecimento de água - ou favorecer um maior acesso da população rural a bens e serviços sociais - educação, saúde, atendimento bancário - em geral concentrados sede municipal. Da mesma forma, a multifuncionalidade da agricultura, e o exercício da pluriatividade pelos agricultores são também, não raramente, associados a um processo de aprofundamento da urbanização do meio rural.

É inegável que houve no Brasil um processo muito intenso de esvaziamento do meio rural e de redução de sua população. Resultado sobretudo da expulsão em massa dos tradicionais habitantes do campo: trabalhadores assalariados, que residiam nas fazendas ou pequenos agricultores-não proprietários ou com acesso precário à terra. Como este processo acontece mais freqüentemente nas áreas consideradas mais modernas - onde predominam as grandes culturas de cana e soja, por exemplo - este modelo de modernização termina por banalizar o esvaziamento e a desvalorização do espaço rural como espaço de vida, como se fossem decorrência do progresso. A idéia de «rural profundo», na realidade brasileira pode não ser a mesma da que é comumente aceita na França, por exemplo. No Brasil, o “rural profundo” pode estar referido ao “rural vazio”, que freqüentemente é o rural onde viceja a agricultura mais moderna do país. É preciso assumir que o “rural” é uma qualidade, que decorre de sua dupla face, simultaneamente natural e social, visto que o “rural” se define, precisamente pelo predomínio dos espaços naturais e pelas relações sociais específicas, baseadas nos pequenos grupos (relações de interconhecimento). Como tal, é uma qualidade que interessa não só aos seus habitantes, mas ao conjunto da sociedade, devendo ser preservada e positivamente valorizada.

O desenvolvimento rural deve enfrentar três desafios principais. O primeiro deles consiste em vencer a precariedade social dos habitantes do campo. O Brasil está longe de ter alcançado uma qualquer paridade

social, cuja base seria a garantia à população rural, de um nível de renda socialmente aceitável e comparável ao obtido pela população das cidades. Na origem deste problema, está a questão fundiária ainda não resolvida em nosso País. Basta lembrar que a primeira Lei de Terras brasileira, de 1850, foi promulgada, justamente, para impedir ao trabalhador livre – ex-escravo ou imigrante estrangeiro - o acesso à propriedade da terra. Da mesma forma, mais recentemente, o Estatuto da Terra de 1964 – nossa Lei de Orientação Agrícola - tendeu muito mais a subordinar a atividade agrícola aos interesses dos grandes proprietários fundiários. Se, numa sociedade moderna, a existência de terras sem agricultores parece destoante, mais absurda ainda é a existência de agricultores sem terra, resultado da excessiva concentração fundiária, que a modernização da agricultura não conseguiu reduzir. O segundo desafio é o de vencer o isolamento das populações rurais. Para isto, ênfase deve ser dada à função de intermediação exercida pelas pequenas cidades. De fato, estas pequenas cidades que, como foi dito, fazem parte do mundo rural, constituem elos de ligação essenciais entre o meio rural e a dinâmica urbana da região e do País. Não se trata, longe disto, de urbanizar o “rural”, mas de articulá-lo e integrá-lo ao conjunto da sociedade, de forma a assegurar a intensidade dos contatos sociais, que são elemento fundamental da melhoria da qualidade de vida. Finalmente, o terceiro desafio refere-se ao esforço de assegurar a cidadania do homem do campo, no campo. O que se pretende é que o brasileiro que vive no meio rural não seja estigmatizado por esta condição de rural e que não precise deixar o campo para ser reconhecido como cidadão pleno.

O meio rural pode passar, assim, a ser visto como “valor indispensável” ao futuro da sociedade, que assim se dispõe a lhe consagrar os recursos necessários, ao mesmo tempo em que os atores rurais podem passar a assumir novas funções sociais, precisamente como “mediadores entre a sociedade global e os espaços rurais”.

O livro de José Eli da Veiga atualiza e aprofunda esta reflexão no Brasil, ao contestar a percepção dominante, que vendo a sociedade brasileira a partir da cidade, considera o Brasil rural um resíduo a ser rapidamente eliminado em nome do progresso. Como afirma o autor, “não é admissível que se considere mais de 90% do território brasileiro, 80% dos seus municípios e 30% de sua população como mero resíduo deixado pela epopéia urbano-industrial da segunda metade do século 20. Pior, não é possível tratá-lo como se nele existissem entre 4.500 e 5.000 cidades imaginárias.”